

dos Direitos Humanos e Cidadania em conjunto com a Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, com a presença dos Deputados Dani Monteiro - Presidente, Carlos Minc, Vice-Presidente, Waldeck Carneiro, Martha Rocha e Márcio Gualberto membros efetivos e a Senhora Deputada Renata Souza, membro suplente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. E os Senhores Deputados Delegado Carlos Augusto - Presidente, Coronel Salema, Vice-Presidente, Marcelo Dino e Martha Rocha, membros efetivos e o Senhor Deputado Márcio Gualberto, membro suplente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia, Deputado Delegado Carlos Augusto, conforme Art. 61, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, assumiu a presidência e abriu a presente reunião. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e propôs que a presente reunião fosse presidida pelos Presidentes das duas Comissões envolvidas, o que foi aceito por todos os membros presentes. Registrou a grande importância desse trabalho conjunto e, a seguir, convidou a Deputada Dani Monteiro, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania a ocupar a Presidência em conjunto. A Senhora Presidenta agradeceu e passou à leitura do Plano de Trabalho, que transcrevo a seguir: "O presente plano de trabalho destina-se a nortear as ações a serem empreendidas pelas Comissões de Defesa dos Direitos Humanos e de Cidadania e de Segurança Pública e Assuntos de Polícia em conjunto para acompanhar, na condição de representante da Alerj, a apuração dos fatos e responsabilidades decorrentes da operação da Polícia Civil no Jacarezinho, realizada em 06/05/2021. Cronograma de Trabalho: - Semana de 07 a 11 de junho - constituição da comissão mista e aprovação do plano de trabalho e das convocações para as Escutas Temáticas. - Semana de 14 a 18 de junho - Escuta Temática com os órgãos públicos e sociedade civil organizada do Jacaré, órgãos públicos: Clínica da Família; Creche Municipal da Comunidade do Jacarezinho; Ciep Vinicius de Moraes; Centro Regional de Assistência Social - CRASS; Biblioteca Parque Estadual; Centro Estadual de Referência da Juventude - CRJ e Sociedade Civil Organizada: LabJaca; IDPN; Associação de Moradores; Cooperativa de trabalhadores; Roda Cultural - Coletivo Faixa de Gaza; Roda Cultural - Coletivo Pac'stão; Radio Jacarezinho; Portal Favelas. - Semana de 21 de junho a 25 de julho - Escuta temática de familiares dos presos, vitimados e afetados pela operação: Movimento Moleque; Abraça uma Mãe; Mães de Manguinhos; Familiares não organizados. - Semana de 02 a 06 de agosto - Escuta Temática com representantes dos trabalhadores da segurança pública: Sindicato dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro; Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado do Rio de Janeiro; Coligação dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro; Frente parlamentar da ALERJ; Associação dos Praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. - Semana de 09 a 13 de agosto - Escuta Temática com Especialistas e pesquisadores em Segurança Pública: Justiça Global; ISER; Criola; LAV UERJ; GENI UFF; Clínica Direitos Humanos da UERJ; Anistia Internacional; Delegado Marcelo Carregosa; Delegado Raphael Barcia. - Semana de 16 a 20 de agosto - Escuta Temática com Representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública: Coordenadoria de Segurança Pública (MP); Coordenadoria de Direitos Humanos (MP); Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública; - Semana do dia 23 a 27 de agosto - Escuta Temática com Representantes das Secretarias de Polícia Civil e Militar: Secretaria de Estado da Polícia Civil; Secretaria de Estado da Polícia Militar. - 30 de agosto a 3 de setembro - Produção de Relatório dos trabalhos. Roteiro de Trabalho: I - Todas as indicações para as escutas deverão ter aprovação nominal, dos integrantes das duas comissões, em reunião prévia, conforme previsão regimental. II - Todas as reuniões deverão contar com quórum mínimo regimental, para realização dos trabalhos, conforme previsto no Regimento Interno, aplicando-se o disposto para as atividades próprias das comissões. III - Após a realização das Escutas Temáticas, as Comissões produzirão um relatório conjunto, compilando os relatos, opiniões, proposições, propostas e sugestões apresentadas. A Senhora Presidenta colocou em discussão e votação o Plano de Trabalho apresentado e franqueou a palavra aos Deputados presentes. O Deputado Carlos Minc, em sua fala, registrou a importância de se buscar e fazer cumprir, as legislações vigentes relacionadas à operações policiais e, citou a Lei nº 8.928/2020, em vigor no nosso Estado. Em seguida, o Deputado Waldeck Carneiro também expôs a necessidade de se buscar as Leis em vigor e o cumprimento das mesmas. Propôs que algumas reuniões para escuta temática sejam realizadas na comunidade do Jacarezinho; como também propôs uma agenda com o Governador do Estado, Senhor Cláudio Castro, para se debater sobre a ocupação das favelas, programada para ocorrer no segundo semestre deste ano, conforme divulgação feita pelo Governo, assim como, discutir a Lei que desenvolve a Meta Favela Cidadã. Solicitou que sejam convidados para participar das escutas temáticas o Sr. Michel Messi, da UFRJ e a Sra. Sílvia Ramos, da Universidade Cândido Mendes. A seguir, o Deputado Márcio Gualberto pediu à palavra e informou que encaminhará um ofício, às duas Comissões, enviando propostas de atores para serem ouvidos nas reuniões. Por fim, o Deputado Coronel Salema, em seu pronunciamento, agradeceu o empenho das Comissões de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia e, se colocou à disposição dos trabalhos. A Senhora Presidenta colocou em votação o Plano de Trabalho, com a inclusão de todas as propostas apresentadas, o que foi aprovado por unanimidade. A Senhora Presidenta agradeceu a participação de todos e passou à palavra ao Presidente, Deputado Delegado Carlos Augusto. O Senhor Presidente perguntou se mais algum membro das Comissões gostaria de fazer uso da palavra, nenhum dos Parlamentares presentes se manifestou. Nada mais havendo a tratar, e como ninguém quisesse fazer uso da palavra, o Senhor Presidente agradeceu a participação e o esforço de todos e suspendeu a Reunião, da qual, eu, Viviane Nicolau de Sousa, Secretária da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, lavrei a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata, que segue assinada por mim, pela Senhora Presidenta, Deputada Dani Monteiro e pelo Senhor Presidente, Delegado Carlos Augusto. Sala das Comissões (meios digitais), em dez de junho de dois mil e vinte e um. (a) Viviane Nicolau de Sousa, Secretária - Mat. 201.666-5; (a) Deputada Dani Monteiro - Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania; (a) Deputado Delegado Carlos Augusto - Presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia.

COMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO, CONTROLE DA ARRECAÇÃO ESTADUAL E DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se a Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais, sob a Presidência do Senhor Deputado Luiz Paulo, com a presença dos Senhores Deputados Alexandre Freitas - Vice-Presidente, Martha Rocha e Márcio Pacheco, membros efetivos e dos Senhores Deputados Eliomar Coelho e Waldeck Carneiro, membros suplentes deste órgão técnico, para a realização da 8ª Reunião Extraordinária por meio digital, (via WhatsApp), conforme o art. 6º do Ato "N"/MD/Nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente informou aos presentes que o objetivo da presente reunião seria a deliberação de Audiência Pública remota para debater o Projeto de Lei Complementar nº 40/2021, de autoria do Deputado André Ceciliano, que "Altera a Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979". Colocada a proposta em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente suspendeu a reunião para que eu, Orlando de Souza Santos Junior, Secretário, matrícula nº 201.140-1, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões (meio digital), vinte e seis de maio de dois mil e vinte e um. (a) Orlando de Souza Santos Junior - Secretário; (a) Deputado LUIZ PAULO - Presidente

COMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO, CONTROLE DA ARRECAÇÃO ESTADUAL E DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS.

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às treze horas, reuniu-se a Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais, sob a Presidência do Senhor Deputado Luiz Paulo, com a presença dos Senhores Deputados Alexandre Freitas - Vice-Presidente, Martha Rocha e Márcio Pacheco, membros efetivos e dos Senhores Deputados Eliomar Coelho e Waldeck Carneiro, membros suplentes deste órgão técnico, para a realização da 2ª Audiência Pública através de videoconferência, (via Plataforma Zoom), conforme o art. 6º do Ato "N"/MD/Nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente registrou as presenças dos Senhores Deputados Dionísio Lins e Flávio Serafini; Dr. Nelson Rocha - Secretário de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro; Dr. Bruno Sobral - Subsecretário de Política Fiscal da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro; Dr. Carlos Alberto Lopes - Subsecretário de Projetos e Fundos da Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro; Dr. Alexandre Fonseca do Rosário - Subsecretário de Planejamento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Celso Mattos, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro; DR. Rodrigo Barreto Pinho, Gerente Jurídico Tributário da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Sérgio Duarte - Presidente da Associação de Indústrias do Estado do Rio de Janeiro; Professor Luiz Martins Melo - representante do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Sr. Lucas Almeida - Diretor de Estudos Fiscais da Secretaria Municipal de Fazenda de Niterói e Sr. Aldir Pires - Diretor da Assessoria Fiscal da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Em seguida, o Senhor Presidente informou aos presentes que o objetivo da audiência seria debater sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 56/2021, de autoria do Senhor Deputado André Ceciliano, que "Acrescenta um artigo 226-A à Constituição do Estado a fim de instituir um Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro". A seguir, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos Senhores convidados e aos deputados, para que os mesmos fizessem suas considerações sobre o assunto em tela. Após as exposições e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente suspendeu a reunião para que eu, Orlando de Souza Santos Junior, Secretário, matrícula nº 201.140-1, lavrasse a presente ata que foi lida, aprovada e trará em anexo as notas taquigráficas, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões (plataforma digital) vinte de maio de dois mil e vinte e um. (a) Orlando de Souza Santos Junior - Secretário; (a) Deputado Luiz Paulo - Presidente

(Notas Taquigráficas)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Bom-dia a todas e todos. Consoante o edital de convocação devidamente publicado, convocamos nos termos regimentais os senhores membros titulares e suplentes da Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais para a realização desta Audiência Pública, através do Zoom, com a seguinte Ordem do Dia: debater a Proposta de Emenda Constitucional nº 56/2021, de autoria do Senhor Deputado André Ceciliano, Presidente da Alerj, que acrescenta artigo 226-A à Constituição do Estado do Rio de Janeiro, a fim de instituir um Fundo Soberano no Estado do Rio de Janeiro.

Contamos aqui com a presença dos Deputados Waldeck Carneiro, Márcio Pacheco, que eu vejo aqui já na tela. E de muitos convidados, tanto representando o Poder Executivo quanto representando a Prefeitura de Niterói, quanto os representantes das diversas instituições que foram convidadas.

A Emenda Constitucional do Deputado André Ceciliano, ela tem o sentido de criar um Fundo Soberano, com o objetivo principal de olhar pela estabilização fiscal e de formar uma poupança pública com recursos provenientes da exploração de petróleo e gás, que são recursos finitos, e, também, com o objetivo de mitigar a volatilidade e a instabilidade dos fluxos de arrecadação provenientes das indenizações das explorações de petróleo e gás. Além do mais, esse Fundo só seria investido em ações estruturantes. Esse Fundo, inicialmente, consoante proposta, seria composto de 30% do excedente arrecadado com a compensação financeira que trata o artigo 20, § 1º, da Constituição Federal; e com participações especiais derivadas dessa própria exploração de petróleo e gás. Evidentemente, nos casos de concessão e de grande volume de produção e rentabilidade.

Bom, então, esse é um princípio básico para a proposta desse Fundo Soberano. E que não é novidade para ninguém. Diversos países do mundo têm fundos soberanos. Noruega, Cingapura, China, Dubai. Alguns municípios também têm Fundos Soberanos, como Niterói e Maricá. O próprio Brasil já teve Fundo Soberano durante alguns anos.

Bom, continuando. Os senhores sabem que parcela significativa dos royalties e participações especiais arrecadada no Rio de Janeiro vai diretamente para a manutenção do Fundo Previdenciário Financeiro do Rioprevidência; e que essa arrecadação de royalties e participação especial é a segunda maior arrecadação do Estado, e só é superada pelo ICMS; e que também essa atividade é uma atividade que é responsável, praticamente, por um terço do PIB do Estado do Rio de Janeiro.

Então, em linhas gerais, é essa a fundamentação e a intenção do Deputado André Ceciliano, autor da proposta. Quem já leu o jornal *O Globo*, de hoje, tem um artigo do Deputado André Ceciliano explicando o porquê da apresentação desse projeto do Fundo Soberano. Como se trata de uma emenda constitucional, ela irá a Plenário, para ser debatida e votada, em dois turnos; e em cada turno necessitará de 42 votos dos 70 Deputados. Está aberto o prazo para a confecção de emendas à emenda constitucional; depois, extinto o prazo de emendas, volta à Comissão, que aprecia as emendas para depois ir a Plenário.

Volto a me referir que uma emenda constitucional, a posteriori também precisará de uma lei complementar para regulamentá-la. Somente lei complementar regulamenta dispositivos constitucionais, a não ser que a própria emenda constitucional explicita uma outra forma de regulamentação.

Assim posto, dadas as devidas explicações, vamos conduzir a Audiência Pública no mesmo formato que temos conduzido: alternando representantes do Governo, do Parlamento e das entidades convidadas.

Primeiro, pergunto ao Deputado Waldeck Carneiro se quer fazer alguma inserção agora ou a posteriori. Como o senhor desejar, Deputado.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Deputado Luiz Paulo, eu tenho uma agenda às 11 horas, então, posso ouvir algumas intervenções e, em seguida, fazer minha intervenção antes de sair, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Deputado Waldeck Carneiro.

Deputado Márcio Pacheco, quer se pronunciar agora ou quer aguardar?

O SR. MÁRCIO PACHECO - Eu vou aguardar, Deputado Luiz Paulo. Sem nenhum problema, acompanhando a orientação de V. Exa. e a manifestação do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Muito obrigado. Então, queria convidar primeiro o Secretário de Fazenda, Dr. Nelson Rocha, para que se pronuncie sobre a questão da criação do Fundo Soberano.

Secretário Nelson Rocha.
O SR. NELSON ROCHA - Mais uma vez, bom-dia a todos. É um prazer estar nesta Audiência Pública. Eu estou representando aqui o Governo do Estado e, na realidade, a iniciativa, como todos que me conhecem sabem, eu sou favorável à criação do Fundo Soberano, na medida em que é uma alternativa para que a gente possa construir, como o próprio Deputado Luiz Paulo já colocou aqui, uma poupança para que nós possamos fazer face a essas instabilidades; mas, sobretudo, que a gente tenha um instrumento para poder aplicar e fazer os investimentos necessários para o Rio de Janeiro, porque nós só conseguimos aumentar a arrecadação, e olhando muito particularmente para a Secretaria de Fazenda, mas nós só conseguiremos

melhorar as condições da população fluminense à medida que nós tenhamos novos investimentos para que a gente possa atrair empresas. É claro, construindo um ambiente de negócios favorável para que possamos de alguma forma voltar a ter o crescimento econômico na nossa economia fluminense.

As únicas observações, Deputado, quer dizer, a criação do Fundo, não vou me estender, à medida que a gente acredita no modelo; as únicas preocupações do Governo e particularmente da Secretaria de Fazenda, elas fazem parte da nossa situação hoje, financeira, situação delicada. Tanto é assim que o Estado já desde 2017 está no Regime de Recuperação Fiscal; e estamos a ponto de fazer a adesão, depois da construção do plano nos próximos seis meses. A adesão se dará até o final desse mês. E, por conta disso, obviamente, existe uma dificuldade financeira e nós estamos construindo as alternativas para poder superar esse momento difícil da economia fluminense e das finanças públicas estaduais.

Só para que todos tenham uma ideia, esse ano nós temos um déficit projetado de 3 bi, se não considerarmos o ingresso dos recursos da Cedae. E aí eu já estou falando (não compreendido) um déficit ainda maior. Claro que nós já pagamos aí no primeiro trimestre algo em torno de 700 a 800 milhões de dívida, mas a gente, está suspensa a dívida em função da liminar que o Governo do Estado obteve no Supremo. E nós vamos entrar com o regime, então, a gente não deve ter o pagamento da dívida mais esse ano, vamos ter só esse valor. Por outro lado, é preciso também pensar no futuro.

Então, o nosso entendimento, nós estamos construindo outras alternativas fora a questão, a própria CPI dos royalties e da participação especial pode contribuir e muito para que a gente tenha uma alavancagem de receitas, enfim, a gente vem acompanhando todo o desenrolar da CPI, isso é extremamente importante para o Estado. Como o Deputado Luiz Paulo falou, a segunda maior arrecadação do Estado; e como tem uma diferença aí que pode projetar... Tem projeções que estão sendo feitas, mas ao certo a gente ainda não tem a dimensão exata de qual é o montante que pode ingressar nos cofres estaduais.

Então, a nossa preocupação está atrelada ao déficit. E o ano que vem também tem projeção de déficit. A gente começa a pagar a dívida pelo novo regime. Como nós enfrentamos isso? Não há, o Governo entende que há necessidade e a criação do Fundo vem ao encontro de pensar o Rio de Janeiro em longo prazo, não pensar apenas no curto prazo.

Então, existe da nossa parte um entendimento favorável. A única discussão que nós gostaríamos de estabelecer, porque eu acho exatamente, a construção desse novo modelo de Estado não é uma execução só do Executivo, mas junto com a Assembleia Legislativa e com outras instituições, para que a gente possa fazer o Rio de Janeiro novamente o horizonte para os investidores. O nosso entendimento é que é importante a criação do Fundo, a única coisa que a gente gostaria de discutir com a Assembleia é o início da implementação do Fundo. Porque em face dessa construção e o regime, sobretudo a Lei Complementar 178, permitiu um crescimento menos incisivo, a gente vai tendo um alongamento do pagamento do serviço da dívida.

Então, o nosso entendimento é que da mesma forma o Fundo (falha na transmissão sonora) que a gente pudesse fazer faz a esses déficits previstos em função da situação delicada financeira que nós enfrentamos, que a gente pudesse também ter o início desse Fundo um pouco mais à frente. E, aí, é uma discussão sobre quando nós podemos fazer, iniciar esse Fundo, os recursos, efetivamente. A criação, acho que ela pode ser imediata. Agora, o ingresso dos recursos é que nós gostaríamos de discutir com a Assembleia quando que nós poderíamos fazer, iniciar o ingresso desses recursos, porque, senão, podem os déficits reiterados que vêm acontecendo à última década, por exemplo, só para a gente fazer uma citação aqui, a última década, o Rio de Janeiro vem fazendo déficit todos os anos. E eu estou falando dos déficits primários, não estou nem falando de déficit nominal, que só aumentaria com o serviço da dívida.

Então, se nós alongamos um pouco para que tenhamos o início do ingresso dos recursos no Fundo a partir de uma determinada data que nos permitisse ultrapassar esse momento de crise muito maior.

É isso, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Secretário Nelson Rocha.

Quería arguir se existe algum representante do Poder Executivo que queira usar da palavra. Porque eu vou alternar 2, 2 - 2, 2. Alguém do Executivo que queira usar da palavra?

Bem, assim posto, queria perguntar se a Firjan quer se pronunciar.

Tem dois representantes da Firjan aqui.

O SR. CELSO MATTOS - Inicialmente, bom-dia. Quería agradecer a presença do Deputado Luiz Paulo e agradecer o convite do Deputado Waldeck, do Deputado Márcio Pacheco, Deputado Alexandre Freitas, que também está aqui nos acompanhando. Também reforçar as boas-vindas ao Deputado Nelson Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Não é Deputado não, é Secretário.

O SR. CELSO MATTOS - Ao Secretário, desculpa, bem lembrado, Deputado, ao Secretário Nelson Rocha, que...

O SR. WALDECK CARNEIRO - A não ser que seja um lançamento isso. Mas, enfim, vamos discutir isso depois.

O SR. NELSON ROCHA - Não, não, não, de forma alguma. Não é lançamento, pelo amor de Deus!

O SR. CELSO MATTOS - Não existe lançamento nenhum. Foi confusão, por favor.

Colocar ao Secretário Nelson Rocha a Firjan à disposição, conforme eu falei ontem, para contribuir em pesquisa, em estudo, para que possa ajudar realmente o nosso Rio de Janeiro sair dessa maré que tem enfrentado aí há alguns anos.

A Firjan vê com muita satisfação a proposta da emenda constitucional com o objetivo de criar um Fundo Soberano. A gente recebeu com grande felicidade essa proposta do Deputado André Ceciliano, Presidente da Alerj. Além de ser notadamente o maior produtor de óleo e do gás do Estado do Rio de Janeiro, detém mais de 80% das reservas provadas do País.

Todo mercado do petróleo tem participação muito relevante na geração de emprego e na economia do Estado, especialmente nas receitas governamentais pelo volume de arrecadação e de royalties na participação especial. Bem administrados, esses recursos do petróleo podem garantir um Estado competitivo, forte e justo por muitas e muitas gerações. Mas trata-se de uma fonte não renovável e, por isso, é fundamental que o Estado do Rio de Janeiro se prepare para o futuro.

A criação desse Fundo Soberano constituirá uma poupança pública capaz de mitigar os efeitos da volatilidade e da instabilidade do preço do barril do petróleo, garantindo a sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro a longo prazo. Os exemplos pelo mundo são enormes e demonstram a importância de um Fundo Soberano para o planejamento e sustentabilidade econômica do Estado. A estratégia de preservar parte das receitas de hoje pode garantir longevidade para as contas públicas no futuro, mesmo quando esta não for mais a grande participação na matriz energética do planeta.

A proposta traz avanços na utilização do recurso com pensamento em estruturas, desenvolvimento de um futuro a partir da educação, tecnologia, inovação, saúde e segurança pública.

Entendemos ser louvável a iniciativa dessa Casa Legislativa, e, como bendito pelo Deputado Luiz Paulo, quem pôde ler a matéria do *Globo* hoje - eu recebi também um documento do Mauro Osório, um brilhante documento até -, que reforça a importância desse Fundo Soberano.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que será uma iniciativa de sucesso; e podem contar novamente com o nosso apoio, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Celso.

Eu pergunto ao Economista Luiz Melo se quer se pronunciar.

O SR. WALDECK CARNEIRO - O Luiz Melo está com problema de áudio, Luiz Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - O áudio dele está aberto.